

QUESTÕES DE PERÍCIA CONTÁBIL DO EXAME DE SUFICIÊNCIA - 2023.1; 2023.2;
2024.1; 2024.2

(Questão 47, Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.1, CONSULPLAN) - Perícia Contábil

Ariovaldo, profissional graduado em ciências contábeis e com vasta experiência na área, foi legalmente nomeado perito judicial. Ao iniciar os trabalhos, Ariovaldo percebe que, para elaboração do Laudo e respostas aos quesitos formulados pelas partes, não se fazem necessários conhecimentos técnicos ou científicos especializados, mas, tão somente, planilhamento de lançamentos a débito e a crédito existentes em 72 contas bancárias do investigado, além de apuração dos montantes movimentados em todas as contas pelo período de 5 anos. Considerando o grande volume de trabalho, haja vista que todos os extratos bancários foram disponibilizados em meio físico (impressos), o fato de outros servidores do judiciário ou mesmo de outros órgãos públicos serem capazes de fazer o planilhamento e a apuração dos saldos movimentados, as disposições do Código de Processo Civil e, unicamente, as informações anteriormente disponibilizadas, Ariovaldo deve:

- A) Alegar impedimento e recusar o trabalho.
- B) Escusar-se do encargo alegando justo motivo.
- C) Empregar toda diligência exigida e, no prazo acordado, entregar seu trabalho.
- D) Declarar possibilidade de suspeição, pois esse tipo de trabalho tem grande probabilidade de erro.

(Questão 48, Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.1, CONSULPLAN) - Perícia Contábil

Mário, formado em direito e em ciências contábeis, já atuou como perito judicial designado em inúmeras periciais contábeis requisitadas pelo Poder Judiciário. Profundo conhecedor, também, de direito tributário, foi aprovado em concurso público, devidamente empossado, tornando-se membro do Ministério Público. Considerando as disposições do Código de Processo Civil e, unicamente, as informações anteriormente disponibilizadas, assinale a afirmativa correta.

- A) Por ter se tornado membro do Ministério Público, Mário está impedido de atuar como perito judicial.
- B) Se Mário tornou-se membro do Ministério Público Federal, ele poderá atuar como perito judicial na esfera estadual.
- C) Mário poderá atuar como perito judicial na área contábil, pois o concurso para o qual foi aprovado se deve à sua formação em direito.
- D) Desde que os trabalhos periciais não tenham ligação com as causas nas quais ele atua no Ministério Público, não há impedimento para que Mário atue como perito judicial.

(Questão 47, Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.2, CONSULPLAN) - Perícia Contábil

Recentemente contratado pela empresa Alpha, em análise à documentação que lhe foi entregue, determinado contador, com vasta experiência em perícia contábil, se deparou com algumas situações peculiares; analise-as.

I. A empresa Alpha efetuou a retenção das contribuições previdenciárias de seus colaboradores (empregados) durante todo o exercício de 2021 e nos seis primeiros meses de 2022. Contudo, não efetuou o devido recolhimento desses valores à Previdência Social. O contador alertou os responsáveis legais da empresa e aconselhou que eles, espontaneamente, confessassem e efetuassem o recolhimento do montante legalmente devido. Contudo, uma vez que já havia o recebimento de denúncia criminal, conforme disposição legal, a pretensão punitiva do Estado não seria suspensa ou extinta.

II. Lourenço, dono da empresa Alpha, vendeu determinado imóvel de sua propriedade para Giovanna, não efetuando prova de quitação dos tributos incidentes sobre o bem negociado e, Giovanna, por sua vez, não fez o devido registro da negociação do imóvel junto ao cartório e nem comunicou a aquisição junto à prefeitura. Posteriormente à venda, verificou-se que havia débitos inadimplidos de IPTU de anos anteriores à realização do negócio. Nessa situação, o contador alertou Lourenço sobre a autoridade pública competente exigir legalmente o cumprimento de obrigações inadimplidas de IPTU.

III. A construção de uma clínica de recuperação de dependentes químicos na zona rural de determinado município provocou a desvalorização do sítio de propriedade de Lourenço, dono da empresa Alpha, que o vendeu com enorme prejuízo. No mesmo ano, ele adquiriu outro imóvel na mesma cidade e o vendeu pelo triplo do valor de aquisição. Nessa situação, por se tratar do mesmo exercício, Lourenço poderá compensar o ganho de capital obtido com a vendido segundo imóvel e o prejuízo advindo da venda do sítio na declaração anual do seu imposto de renda.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.

(Questão 48, Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.2, CONSULPLAN) - Perícia Contábil

Considerando as disposições do Código de Processo Civil aplicáveis à Perícia Contábil, assinale a afirmativa correta.

- A) A prova pericial é resultado de trabalhos de alta complexidade e não deve ser, jamais, confundida ou relacionada a trabalhos de vistoria e avaliação.
- B) Se o ponto controverso de determinado fato a ser apurado for de extrema complexidade, o juiz deverá, de ofício ou a requerimento das partes, apenas inquirir especialistas.

C) Quando a prova de determinado fato não depender de conhecimento especial de técnico, as provas produzidas forem suficientes para convicção do juiz ou a verificação dos fatos a serem apurados for impraticável, o juiz indeferirá a realização de perícia.

D) Quando a prova do fato a ser apurado depender de conhecimento técnico e científico, mesmo que de menor complexidade, o juiz estará obrigado a determinar a elaboração de prova pericial, não podendo dispensar a assistência de perito ou determinar a adoção de trabalho técnico simplificado.

(Questão 49, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.1, FGV) - Perícia Contábil

Acerca dos procedimentos periciais, julgue as afirmativas a seguir, considerando as disposições da NBC TP 01 (R1) – PERÍCIA CONTÁBIL:

I. Indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia.

II. Arbitramento é a determinação de valores e quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.

III. Vistoria é a análise de livros, registros de transações e documentos.

Está correto apenas o que se afirma em

(A) II.

(B) I e III.

(C) III.

(D) I e II.

(Questão 50, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.1, FGV) - Perícia Contábil

No que tange ao conceito de honorários da perícia contábil, é correto afirmar, com base na NBC PP 01 (R1) – PERITO CONTÁBIL, que

A) os honorários periciais fixados ou arbitrados e não quitados podem ser executados, judicialmente, pelo perito em conformidade com os dispositivos do Código de Processo Civil.

B) ainda que a perícia seja considerada inconclusiva ou ineficiente, não há hipótese prevista em lei que determine a devolução parcial ou total dos valores recebidos.

C) o perito nomeado pode requerer a liberação de até 30% dos honorários depositados, quando julgar necessário para o custeio antes do início dos trabalhos.

D) na elaboração da proposta de honorários, o perito deve considerar, entre outros fatores: quem será o magistrado da causa; quem são as partes da causa; a complexidade da matéria e o prazo estabelecido para o recebimento dos honorários.

(Questão 50, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.2, FGV) - Perícia Contábil

A perícia contábil é essencial para garantir uma solução justa e fundamentada em litígios, tanto judiciais quanto extrajudiciais, ao fornecer uma análise técnica e científica acerca dos fatos envolvidos. De acordo com a NBC TP 01 – PERÍCIA CONTÁBIL, o principal objetivo da perícia contábil no contexto judicial e extrajudicial é

- A) avaliar o desempenho financeiro das empresas envolvidas no litígio.
- B) fornecer elementos de prova necessários para subsidiar a justa solução do litígio.
- C) estabelecer a culpa das partes envolvidas no processo.
- D) emitir pareceres financeiros para fins de auditoria interna.